

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Aleksandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandei Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samanda Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO

Jacqueline Oliveira Lima Zago

Universidade Federal do Triângulo Mineiro,
Doutorando do Ppged/ufu
jacquelinejolz@gmail.com

Robson Luiz de França

Universidade Federal de Uberlândia, Professor
Orientador no PPGED/UFU
rlfranca@ufu.br

RESUMO: Este trabalho, que é parte da pesquisa de doutorado, desenvolvida no âmbito da linha Trabalho, Sociedade e Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, pretende abordar as mediações existentes entre trabalho, educação e formação humana no contexto de mundialização do capital e reestruturação produtiva. O objeto em foco é a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec em 2011 pelo executivo federal a partir do reposicionamento da Educação Profissional como política central do governo do Partido dos Trabalhadores - PT entre 2011 e 2016, especialmente, como forma de acesso ao trabalho e emprego. Esse trabalho utiliza do método do materialismo histórico dialético e considerará a pesquisa bibliográfica e documental. Partimos da premissa que ao que nos parece a política da implementação do Pronatec se apresenta contraditória com

estratégicas que buscam desobrigar o Estado em relação a esta modalidade de ensino, assumindo o papel de indutor das políticas educacionais e responsabilizando terceiros pela sua oferta pública.

1 | INTRODUÇÃO

Até meados da década de 1970, a educação profissional pública no Brasil limitava-se ao treinamento para a produção em série, de acordo com o modelo fordista/taylorista presente nas fábricas, nesse sentido, com a mudança no padrão do sistema produtivo, observadas em maior ou menor grau, principalmente da produção em série, para produção por demanda, observou-se um descompasso entre a formação profissional que era ofertada para as “necessidades” desse sistema. De acordo com os levantamentos realizados por agências multilaterais e os Acordos MEC-USAID, que elaboram relatório especialmente para identificar bolsões para investimentos financeiros do capital mundializado, para uma “maior” qualificação, seriam necessárias mais horas de aprendizagem.

Foi seguindo este pressuposto que a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692 publicada em 1971, bem como os Pareceres do Conselho Federal

subsequentes, alinhavam estes conceitos preconizando a profissionalização universal e compulsória, substituindo o termo “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho” e este como elemento da “formação integral do aluno” em caráter obrigatório no ensino de 1o e 2o graus, mas como opção dos estabelecimentos de ensino, especialmente a rede privada que continuaria fortemente com o propedêutico para o Ensino Superior.

As opções deste período, segundo estudos de Cunha (2014), mostraram-se um fracasso, pois

a política de profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau não foi uma necessidade do sistema produtivo nem correspondeu à lógica interna do sistema educacional. Nesse caso, a incongruência foi flagrante. No que diz respeito à dimensão industrial da profissionalização, sempre tomada como exemplo, a formação de técnicos e auxiliares técnicos não correspondia às artes industriais do 1º grau, pautadas mais pelo artesanato do que pela cultura fabril (P. 932).

O autor aponta que as mudanças implementadas no período, deixou o Ensino Médio sem identidade, o que mesmo no tempo presente, não foi superado.

Da política educacional da ditadura aqui focalizada, nada restou, a não ser os estragos causados pelos anos de descaminho num nível de ensino que ainda não encontrou sua identidade no edifício educacional do país (P. 933).

Já nos anos 1990 com a publicação em 20 de Dezembro de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de nº 9.394, explicitou que uma das finalidades da Educação Escolar Brasileira, quais sejam: é a vinculação ao mundo do trabalho à prática social, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para isso, consagrou o Ensino Médio como parte da Educação Básica, bem como a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Nesta linha, o Conselho Nacional de Educação Básica passou a discutir Diretrizes Curriculares Nacionais para cada etapa de escolarização, de modo a atender à finalidade expressa em seus artigos. Entre os anos de 1995 e 2000 são produzidos e publicados vários documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), produzidos sob orientação do MEC pela sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC); as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), explicitadas no Parecer 15/98 e na Resolução 3/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; e, ainda, as duas formas de avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esses documentos expressaram a articulação (ou não) entre as demandas do mundo do trabalho e a própria educação escolar, no que viria a ser conhecida como educação para competências, não só para um momento específico da vida, mas, que se desenvolveria ao longo dela.

Foram estes os desafios para o novo milênio aos países dependentes de

empréstimos de órgãos de fomento internacionais para seus projetos nacionais.

Para conseguir apoio da população, o projeto neoliberal transforma questões políticas e sociais em questões técnicas. Percebe-se isso, numa análise realizada pelo Ministério do Trabalho, quanto ao aumento do desemprego, quando, o Estado, transfere a questão do desemprego do espaço social e político e coloca-o, apenas, como resultado da introdução de inovações no setor produtivo. A análise realizada vê no vigoroso crescimento da produtividade do trabalho a causa principal do desemprego (FRANÇA, PREVITALLI e LUCENA, 2009, p. 203).

O expoente desta corrente, Jacques Delors (2001) redigiu um relatório para a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI endossando a tese de que o progresso tecnológico modifica, inevitavelmente, as qualificações exigidas pelos novos processos de produção: mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por atividades de concepção de estudo ou de organização. À medida que as máquinas vão se tornando mais ‘inteligentes’, as tarefas simples¹ vão desaparecendo do cenário produtivo e para a educação formal (pilares), novos desafios: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos.

Os argumentos teórico-ideológicos e educacionais que alimentam os fundamentos socioeconômicos e políticos do arcabouço programático que sustenta o receituário governamental e empresarial para a implementação de reformas da política pública de educação profissional vem sendo disseminado de longa data, particularmente com ênfase a partir da década de 1990 (DEITOS, LARA e ZANARDINI, 2015, p. 997).

Na contramão deste discurso compreendemos que é uma estratégia neoliberal para desobrigar a educação formal ensinar os conhecimentos historicamente produzidos reforçando a dualidade da formação escolar e a formação profissionalizante. À medida que as máquinas vão se tornando mais inteligentes, na prática percebe-se que as atividades laborais humanas se tornam cada vez mais rotineiras e simplificadas e não complexas como querem afirmar. Para justificar esse modelo, reforçam a tese da falta de força de trabalho “adequada” (ANTUNES, 2009; CASTELLS, 2006; KUENZER, 2007; SANTOS; LUCENA, 2007, FRANÇA, PREVITALLI E LUCENA, 2009).

A formação profissional, quando condicionada à mercadoria, está submetida à lógica da mercantilização e ao seu processo de parcelamento e de fragmentação. Todas as políticas empreendidas até então traz em seu bojo a contradição onde se estatiza-se a quantidade e mercantiliza-se a qualidade, e todo bem (escola média de qualidade) escasso (de acesso restrito) sem o provimento adequado (quantidade, qualidade, gratuidade, obrigatoriedade) pode transformar-se em mercadoria. (LIMA, 2012, p. 508).

1 O conceito de trabalho simples toma como base o conceito originário desenvolvido por Marx em O Capital, caracterizado pelo dispêndio da força de trabalho do homem comum, sem educação especial, em contrapartida ao conceito de trabalho complexo, de natureza especializada e requer tempo maior de formação. Conceitos que não podem ser tomados sem considerar a divisão internacional do trabalho.

De acordo com Saldanha,

Como materialização desse ressurgimento da educação profissional como política central do governo petista como forma de acesso ao trabalho e emprego, materializa-se a contradição quando percebe-se que se reforçam as parcerias com o setor privado, estratégicas para desobrigar o Estado em relação a esta modalidade de ensino, assumindo o papel de indutor das políticas educacionais e responsabilizando terceiros pela sua oferta pública (SALDANHA, 2012, p. 8-9).

Ainda nessa perspectiva, a política educacional adotada expressa teoricamente esses objetivos estratégicos e estruturantes em que a educação é tomada como requisito indispensável ao processo de produção e desenvolvimento econômico. Um programa muito mais ideológico do que funcional. Justificam-se em motivos socioeconômicos e razões teórico-ideológicas e educacionais (expressas em documentos supranacionais), que criam uma internalização psicossocial sob a tutela de interesse do mundo dos negócios.

Durante cerimônia de lançamento do Pronatec, no Palácio do Planalto, no dia 28 de abril de 2011, a então Presidenta Eleita, Dilma Rousseff, pronunciou-se à nação:

[...] o mercado de trabalho está oferecendo boas oportunidades e melhores salários para quem tem qualificação [...] Graças a tudo que nós construímos conjuntamente, nos últimos anos, nosso país se encontra diante de uma perspectiva muito importante para cada um de nós, que é a de um vigoroso e duradouro processo de desenvolvimento. Nós passamos a ocupar o posto de 7ª economia do mundo, e alcançamos algumas mudanças que, eu tenho certeza, são irreversíveis. E os desafios que nós temos de enfrentar, temos a obrigação de enfrentar, eles decorrem justamente dessa característica de termos obtido várias conquistas ao longo desse processo. Estamos, hoje, próximos do pleno emprego e enfrentamos grande demanda de mão de obra qualificada. Demanda, muitas vezes, assimétrica porque, em alguns casos, falta mão de obra qualificada, em outros, sobra mão de obra sem a qualificação necessária derivada das nossas necessidades, da indústria, do comércio, dos serviços, enfim, do sistema produtivo. O sistema de capacitação profissional brasileiro já não corresponde às necessidades do país e às dimensões de nossa economia. Ele é fruto de um outro período do desenvolvimento econômico do nosso país. Por isso, ele se tornou um desafio. Um desafio à nossa capacidade de crescimento e, por isso mesmo, tem de ser enfrentado de maneira direta e muito articulada. (BRASIL, 2011).

A pesquisa de Deitos, Lara e Zanardini (2015) observa que entre 2006 a 2011 houve crescimento nos investimentos públicos nos programas, ações e treinamentos voltados para Educação Profissional em nível de qualificação inicial e continuada, mas, também nos cursos técnicos e tecnológicos.

Os valores orçamentários executados de 2006 a 2011 nos dão a dimensão dos recursos públicos envolvidos, de um patamar de 1,5 bilhões em 2006 para atingir quase 6 bilhões de reais em 2011 (P. 994).

Inferimos que a inserção da questão da formação para o trabalho foi uma resposta do governo do então Partido dos Trabalhadores e seus apoiadores ao mundo dos negócios em relação às suas necessidades qualitativas e quantitativas. Percebemos

no discurso oficial, que a formação para o trabalho seria a mola propulsora da empregabilidade e do aumento de postos de trabalho por um lado e por outro, onde é o governo que por meio do Pronatec vem dar a oportunidade para o trabalhador capacitar-se, é ficando para ele a responsabilidade de inserção no mundo do trabalho.

Nesse contexto a importância para a centralidade do trabalho, como inexorável para a sobrevivência das pessoas, tornou a todos os sujeitos, alvo da busca incansável pela formação profissional como via única de desenvolvimento do trabalhador, de inserção social e de empregabilidade.

E é nesse sentido que surgem as interconexões de relação de poder: poder público, normatizações, leis, convenções de trabalho, ou seja, todo um constructo normativo com o intuito de “garantir a melhor formação do trabalhador”.

Vale salientar que o trabalho enquanto força motriz para o desenvolvimento do homem e da sociedade é visto no contexto capitalista apenas como forma de aumento de capital potencializado por meio da exploração dos trabalhadores.

Essa exploração é legitimada nos Estados democráticos por meio de leis que se apresentam como forma de garantir os contratos entre as partes escamoteando uma relação perversa de legitimação da exploração do trabalho e do trabalhador, tudo é construído a partir dos discursos, essa é a estratégia que segundo SILVA,

A construção da política como manipulação do afeto e sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto neoliberal global. (1997, p.15)

Para Marx (1972), a desigualdade estrutural entre pessoas se dá no âmbito das relações entre coisas, tendo em vista que o desejo que a mercadoria produz e atrai, oculta a estruturação de poder, entre aqueles que podem ou não acessá-la, sendo este último o seu próprio produtor. Se por um lado explicita a organização e estruturação de uma ordem de produção, por outro explicita também sua própria desorganização e desestruturação. (P. 126).

O processo de trabalho no contexto do capitalismo se assenta basicamente na exploração dos trabalhadores, numa opressão legitimada pelo estabelecimento de contratos de trabalho, leis, convenções, onde o Estado aparece como regulador.

O Contrato é o resultado final no qual suas vontades ganham uma expressão jurídica comum. A igualdade, pois compradores e vendedores só contratam como possuidores de mercadorias, tornando equivalente por equivalente. A propriedade, pois cada um dispõe e pode apenas dispor do que é seu. (...) A única força que os une e põe em contato é a força do seu egoísmo, do seu proveito pessoal, de seu interesse privado. Precisamente por isso, porque cada um cuida apenas de si e ninguém vela pelos outros, graças a uma harmonia pré-estabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência omniastuta, a realizar a obra do seu proveito mútuo, de sua conveniência coletiva, de seu interesse social (MARX, 1972, p. 128-

Para Marx (1978),

A função verdadeira, específica do capital enquanto capital é, pois a produção de mais-valor, e essa não é senão produção de sobretrabalho, apropriação – no curso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiviza como mais-valor (P. 6)

Portanto, no contexto do capitalismo, quando o trabalhador vai em busca de um trabalho e se oferece como um possuidor da força de trabalho e é essa força que é vendida como se mercadoria fosse. Nesta venda da força de trabalho e na compra pelo capital resta uma relação de trabalho pautada por aspectos jurídicos e naturalmente políticos, ou melhor, se estabelece um contrato de obrigações das partes e de direitos das partes.

Até aqui tudo parece correto: o empregador contrata o empregado mediante um salário e o trabalhador vende sua força de trabalho mediante um pagamento, tudo parece justo e adequado, travestido de dignidade. Porém questões como relação de trabalho, condições do exercício do labor do trabalhador, valor do salário, tempo livre, jornada de trabalho, relações de exploração da mão-de-obra, assédio moral, apropriação da subjetividade do trabalhador etc ficam escondidas na relação jurídica estabelecida em quem vende sua força de trabalho e em que paga por essa força de trabalho.

Para Marx,

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho, e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no total dos valores despendidos para sua produção. (1972, p. 192).

Esse é o contexto da formação dos trabalhadores, os contratos, os cursos de formação profissional, o discurso, a centralidade do trabalho, as formas de gestão dos programas formativos voltados para uma classe de trabalhadores cada vez mais precarizados não só no exercício laboral, porém, nos programas profissionalizantes.

2 | DESVELANDO O PRONATEC: DISCURSO E MATERIALIDADE

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec foi instituído pela Lei nº 12.513 de 26/10/2011, enquanto proposta do Executivo Federal com os seguintes objetivos: o compromisso de expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional presencial e a distância

técnicos e de formação inicial e continuada, o fomento à expansão da rede física, a contribuição para melhoria da qualidade do ensino médio público, a ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores, a difusão dos recursos pedagógicos e, ainda, a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e a política de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

O fomento é da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - Setec/MEC, mas, a oferta dos referidos cursos é feita por adesão pelas instituições que se dedicam à educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos da Lei. Desde 2011 editais específicos são publicados pela Setec/MEC dos quais podem participar instituições privadas e públicas de ensino superior, instituições de educação profissional e tecnológica, os serviços nacionais de aprendizagem e fundações públicas de direito privado.

Os cursos a serem oferecidos estão já disponibilizado para consulta das instituições interessadas, mesmo antes da publicação de edital da Setec/MEC. A relação de cursos, segundo a Setec/MEC, partiu de uma análise de demanda do município e região que levam em conta os cadastros do IBGE por meio de resultados da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Sistema Nacional de Emprego (Sine), Ministério da Justiça, entre outros. Estes órgãos, Prefeituras, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Previdência Social, Ministério das Comunicações, Ministério da Defesa, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Integração Nacional, SECADI/MEC (BRASIL, 2014).

Para cada um desses demandantes, foi estabelecida uma modalidade de demanda, um público beneficiário, uma unidade demandante e um contato da equipe da Setec para fazer a intermediação no município. Por exemplo, o Ministério da Justiça, tem como modalidade de demanda o Pronatec Sistema Prisional, para pessoas privadas de liberdade em regime aberto e semi-aberto e egressos de Estabelecimentos Penais e a modalidade Pronatec Sistema Prisional em regime fechado, para cumpridores de penas Sistemas Penitenciários em regime fechado. Ambas, são encaminhadas para as unidades demandantes, quais sejam, Unidades prisionais Secretarias estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres; Grupo de Monitoramento da Execução Penal vinculado ao Conselho Nacional de Justiça, para que juntos, unidades demandantes e instituições ofertantes, possam planejar a forma de oferta dos tipos de curso disponíveis. Um outro exemplo, para elucidar mais o conteúdo do Pronatec é relacionado SECADI/MEC enquanto demandante de modalidades como Pronatec EJA Técnico Integrado, Pronatec EJA Técnico Concomitante, Pronatec EJA FIC Médio, Pronatec EJA FIC Fundamental e Pronatec ProJovem Urbano, que tem como público beneficiário egressos do ensino fundamental ou médio, ou ainda matriculados, inclusive na modalidade EJA e do ProJovem Urbano, com idade igual ou superior a

15 ou 18 anos. Neste caso, a articulação se dá entre as instituições ofertantes com as Secretarias municipais e estaduais, que oferecem o local onde os cursos serão ofertados.

Assim, de acordo com o texto da Lei do Pronatec, o público beneficiário de programas federais de transferência de renda, como por exemplo, Bolsa-família e ainda do Programa do Seguro-Desemprego, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Neste último caso, a Lei do Pronatec alterou a Lei n 7.008/1990 para garantir que o direito ao recebimento do seguro-desemprego fosse condicionado à matrícula e frequência em curso do Pronatec com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas (BRASIL, 2011).

Esse modelo de articulação não está presente nos documentos oficiais, ou cartilhas específicas. Os coordenadores Gerais de cada instituições recebem as instruções em reuniões ou webconferência de modo a capacitá-los para “correr atrás” das unidades demandantes. A lista com os cursos elencados pela Setec de acordo com o “demandante” é disponibilizada para as diferentes instituições “ofertantes” que “optam” e “disputam” por aqueles cursos/ unidades demandantes que acreditam conseguirem ofertar naquele dado período de tempo, na unidade demandante. Entre a disponibilização dessa lista, disponibilização das vagas, até a oferta propriamente dita, as instituições têm mais ou menos 30 dias para cadastrar os alunos e iniciar o curso.

Importante destacar que a relação disponibilizada não leva em consideração a área de atuação das instituições ofertantes, mas, sim a capacidade de preenchimento das vagas ofertadas. Isso poderá garantir até uma nova adesão no futuro, ou diminuição dos cursos pactuados.

Após a adesão entre instituições e Setec/MEC, os recursos são transferidos para a instituição de acordo com o número de alunos matriculados e frequentes. O controle é feito pelo Sistema de Gestão da Educação Técnica - Sistec², por meio do cadastro dos alunos bolsistas por CPF. Sobre essa questão, o parágrafo 3º do Artigo 6º da Lei nº 12.513/2011, deixa claro que vagas não ocupadas é obrigatória a devolução dos recursos pelas ofertantes.

O processo de transferência de recursos do FNDE para as instituições parceiras, especialmente no caso das públicas, não prevê investimento em infraestrutura tendo em vista as rubricas nas quais são vinculados os recursos serem verbas de custeio. Não é possível que as instituições utilizem o recurso para compra de materiais permanentes, caracterizados como investimento, verbas de capital. A proposta é que as instituições já tenham a infraestrutura necessária para oferta dos cursos e o recursos do Pronatec garantam os insumos humanos e materiais.

2 É o Sistema de Gestão *on line* onde todas as unidades de ensino, no país, credenciadas para oferta de cursos técnicos de nível médio e de Formação Inicial e Continuada, independentemente da sua categoria administrativa (públicas e privadas, incluindo aquelas referidas no art. 240 da Constituição Federal, de 1988), sistema de ensino (federal, estaduais e municipais) e nível de autonomia, devem se cadastrar.

Em relação aos profissionais envolvidos na formação, são pessoas selecionadas pela própria instituição ofertante de forma autônoma em relação aos critérios de seleção. Os profissionais já no exercício do encargo recebem uma Bolsa-Formação específica para a sua atuação, sendo o valor percebido fixado pelo governo federal e computado por horas trabalhadas no Programa/Curso. Os valores das bolsas são descentralizados pela instituição de acordo com o encargo funcional. Por exemplo: apoio às atividades de ensino, R\$ 18,00 (dezoito reais); supervisores e orientadores, R\$36,00 (trinta e seis reais); e professores, R\$ 50,00. Os valores não atualizados, desde o início do programa em 2012. De acordo com a Lei do Pronatec, tais atividades não caracterizam vínculo empregatício e os valores não se incorporam ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos (BRASIL, 2011).

Em relação ao universo Pronatec, segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDSCF nos Cadernos de Estudo Desenvolvimento e Debate, entre os anos de 2011 e 2014 foram disponibilizadas 411.190 vagas em cursos técnicos e 2.574.102 em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Foram realizadas neste período mais de 8,1 milhões de matrículas no Pronatec, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em 4.300 municípios (89% dos municípios brasileiros). A partir do ano de 2015 observa-se uma redução para 1,3 milhão de matrículas, bem como em 2016, e em 2017, o primeiro edital saiu em maio, contemplando basicamente cursos FIC e modalidade não presencial (MDSCF, 2015).

O material disponível pelo MDSCF em 2015 informa que a média de aprovação/conclusão nos cursos fica acima dos 70% e é maior entre aqueles beneficiários do Bolsa-Família. A taxa de abandono está em torno de 13,5% e mais de 54% obtiveram vínculo empregatício formal ou formalizaram-se com microempreendedor individual no período estudado 2012-2014 (Ibdem).

O Guia PRONATEC de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), relaciona predominantemente cursos de curta duração com 100, 200, 240 horas, seguindo a lógica de priorizar a aquisição de conhecimento ou desenvolvimento de competências voltadas essencialmente para o saber fazer, bem operacional, com um sentido imediato, úteis e práticos. Cursos estes voltados a atender o setor de prestação de serviços, onde atua uma força de trabalho flexível, polivalente e terceirizada.

É óbvio que a qualificação profissional (mesmo operacional), no afã da atualização, da inserção e da promoção do(a) trabalhador(a) no mundo do trabalho, acaba por atraí-lo a essa modalidade. Mas trata-se de benefício passageiro, sem raízes, e com oportunidades restritas. Diante dessas perspectivas, não convém ampliá-la, além do necessário, para atender, pontualmente, à demanda reprimida e necessária à manutenção do atual processo de crescimento econômico do país (CNTE, 2011, p. 5).

Com um orçamento limitado para oferta de novos cursos, as instituições públicas assinam os termos de compromisso, na expectativa de ampliar a sua área de atuação e mesmo abastecer os atuais cursos com novas possibilidades. Temos como hipótese

que o fato das equipes das instituições no exercício de pensar novos projetos pedagógicos, acabam repensando a educação profissional que oferecem.

O esforço demandado para a execução do Pronatec, especialmente nas escolas vinculadas às universidades envolve não só os professores e técnicos do quadro efetivo, mas, captou um grande número de profissionais externos, muitos deles sem experiência docente, pagos via bolsas em editais de extensão. Foi preciso inserir uma estrutura administrativa dentro das próprias escolas, mas, não articulada a elas para gerir o programa e as diversas unidades demandantes/executoras dos cursos.

De acordo com o documento “O que podemos dizer sobre o Pronatec?”, publicado pela Câmara dos Deputados em 2016, de 2011 a 2014 foram transferidos quase 6,5 bilhões de reais por meio do Pronatec, sendo mais de 4,5 bilhões de reais para o Sistema S, enquanto que para a Rede Federal pouco mais de 1,3 bilhão no mesmo período. De 20 parceiros em 2011, o ano de 2014 registrou 189 instituições. O documento relata também as contradições apontadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU na aplicação dos recursos (BRASIL, 2016).

Essa forma de gerenciamento do Pronatec pela Setec representou um grande desafio para as instituições, tendo em vista não contar com profissionais da área para atuarem nos cursos, bem como infraestrutura adequada.

O modo Pronatec de oferta de educação profissional prioriza a qualificação profissional, mediante as parcerias público/privado que fragmentam os já insuficientes recursos públicos. Apenas uma análise do processo será possível verificar porque as instituições aceitaram este desafio. À primeira vista, nada em termos de investimento fica para a escola, ou espaços usados para execução dos cursos. Em 29 de janeiro de 2014, o Diário Oficial da União - DOU publicou a Portaria nº 2, que em seu Art. 1º destaca:

Tornar público que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT firmaram termo de adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, no âmbito da Bolsa-Formação, estando aptos a receber recursos financeiros a serem transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que totalizam **R\$ 899.956.460,00 (oitocentos e noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais)**, visando atender o custeio da ação Bolsa-Formação (BRASIL, 2014, p. 14, grifos nossos).

Um novo repasse foi publicado, por meio da Portaria nº 1, no DOU de 11 de fevereiro de 2015, onde mais R\$ 187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais), foram repassados. De acordo com o Jornal Nexo, foram repassados pela Receita Federal R\$ 16 bilhões arrecadados de tributos para nove entidades privadas do chamado Sistema S, como Sesi, Senac, Sesc e Sebrae. O valor equivale a cerca de metade do Orçamento do Bolsa Família de 2017 (LUPION, 2017).

Pinto (2016), analisou o Relatório de Auditoria Anual de Contas, Processo 23000.004310/2014-11 sobre o Pronatec, e identificou que no período de 2011 a maio de 2014, 71% do total de alunos do Pronatec foram atendidos pelo Sistema 'S', 20%, pelas instituições públicas, e 9%, pelas demais instituições privadas de ensino. Só o Sistema S recebeu um recurso de R\$ 4.528 bilhões de reais, do total de quase 6,5 bilhões. Deste relatório, saíram 8 recomendações, relacionadas ao modelo de cálculo (falta de metodologia), a não garantia da oferta do curso pela não homologação dos recursos pela Setec, a não implementação de procedimentos para prestação de contas e ainda a falta de qualidade da informação do Sistec (2016). Embora o trabalho do autor seja analisar como está o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, os dados sobre o Pronatec apontam que

Vários caminhos foram sendo encontrados pelo setor privado, lucrativo ou não, para obter com os Executivos federal, estadual e municipal uma parcela crescente de recursos que deveriam ser destinados às escolas públicas. Muitos desses caminhos foram inclusive projetados na "cozinha" do governo federal, como o caso do ProUni e Pronatec (PINTO, 2016, p. 150).

Segundo Deitos, Lara e Zanardini (2015), que analisam as relações e mediações entre o Estado e a política pública de educação profissional, buscando compreender os argumentos socioeconômicos, político-educacionais e ideológicos para a implantação do Pronatec, descreve que este se apresenta como programa integrador da política educacional para a educação profissional no país, assumindo a forma estruturante articuladora nacional no conjunto de ações educativas e formativas da força de trabalho uma estratégia para viabilizar as políticas macroeconômicas adotadas. É assim, uma dinâmica centralizadora para que

a política educacional integra o quadro de necessidades formativas que o processo social de produção exige como mediações socioeconômicas. Não é por acaso que o diagnóstico oficial sobre a formação e composição da força de trabalho no Brasil acaba retratando esta questão de maneira direta, assim expressa quando da criação do Pronatec (p. 986).

Para estes autores, a determinação governamental de convencimento de que a educação é requisito indispensável ao processo de produção e desenvolvimento econômico, e o Pronatec é a política educacional adotada que traduz esses objetivos estratégicos, integrador político e ideológico e funcional para ancorar o conjunto das ações, programas e projetos sustentadores da política de educação profissional técnica e tecnológica de baixa, média e alta qualificação da força de trabalho nacional e regional (estados/municípios) (Idem).

Para Vieira, Reis e Sobral (2017), ao analisar os arranjos na construção e efetivação das leis que regem a Educação Profissional, em especial a do Pronatec,

ficam evidentes duas grandes concepções que estão em permanente disputa: uma vinculada ao atendimento do capital, que enxerga a formação do trabalhador

como formação de mão de obra para aumento da competitividade e produtividade econômica do país; e outra que busca a formação de um ser humano integral, baseada em um projeto de emancipação humana, que inclusive questiona a lógica de estruturação dual do modo de produção capitalista.(...) Nossas buscas e escolhas epistemológicas indicam que o Pronatec se distancia dos marcos normativos da integração que se constituem a partir de 2004, com a promulgação do Decreto n. 5.154/2004, e se alinha hegemonicamente às concepções que tendem a fortalecer a formação do trabalhador em conformidade com a lógica do capital (p. 210-211).”

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar discussão presente em pesquisa que está em andamento que pretende abordar as mediações existentes entre trabalho, educação e formação humana no contexto de mundialização do capital e reestruturação produtiva. O objeto em foco é a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec em 2011 pelo executivo federal a partir do reposicionamento da Educação Profissional como política central do governo do Partido dos Trabalhadores - PT entre 2011 e 2016. Para dar conta disso, escolhemos utilizar o método do materialismo histórico dialético, para as análises do material bibliográfico e documental.

Na construção do Plano de Trabalho para o doutoramento, já foi possível levantar algumas perspectivas, das quais, este artigo foi produzido. A implementação do Pronatec, desde a sua apresentação até o seu abandono, vem se apresentando no mínimo como contraditória no que tange ao discurso apresentado e as estratégias escolhidas para atender a um público alvo específico.

Podemos encontrar os homens de negócios, representantes dos donos dos meios de produção que vem ocupando espaço político midiático para justificar um movimento mundial de reestruturação produtiva, mundialização do capital que como efeito direto, provoca demissão em massa. As unidades produtoras agora mudam de espaço a outro, no objetivo de extrair ainda mais valia. No seu discurso, o mercado, responsabiliza as novas tecnologias que exigem um outro tipo de trabalhador: o profissional, mais qualificado para uma produção flexível, automatizada, em constante processo de “mudança”.

As grandes corporações não descartam só as pessoas, mas todo um país. Culpabilizam o Estado amplo, o arcabouço legal, as políticas de proteção ao trabalhador. Procuram assim, não só uma nova força de trabalho para o seu novo modelo de negócio, mas também um novo Estado-Nação, onde possam atuar na sua insaciável busca por lucros.

Na outra ponta estão aqueles que precisam vender a sua força de trabalho para sua subsistência e entendem, foram levados a entender, que o seu deslocamento do setor produtivo é fruto desse movimento mais amplo do cenário produtivo, novas tecnologias e a exigência de um trabalhador mais qualificado. Ou seja, este indivíduo crê que basta ter acesso a essa formação/qualificação que ora se apresenta como uma

política de formação e ser reintegrado ao mundo do trabalho, à sociedade do consumo. O que estes indivíduos não percebem é o momento em que a sua subjetividade foi capturada, pois, entendemos que para a produção de fato de mercadorias, não são mais necessárias grandes habilidades, mas, um comportamento pessoal, de engajamento a esse discurso. E de serem flexíveis o suficiente para aprenderem a “montar”, “apertar”, diferentes tipos de produtos, desde um boi (animal), ou mesmo um artigo de moda, em diferentes espaços fabris. Tudo muito subjetivo, que não revela a sua essência de tratar o trabalho como mercadoria barata, substituível.

Uma nova força de trabalho se torna necessária, entre aqueles que detêm o sistema produtivo, e aqueles que de fato produzem. Estes, seriam os gerentes, os controladores de qualidade e motivadores daqueles que realmente “fazem a esteira andar” por qualquer meio possível, seja ele objetivo ou subjetivo. Também neste grupo estão os empreendedores, profissionais liberais, vendedores, negociadores, despachantes, entre outros. Não produzem coisa alguma, mas, ajudam a deslocar as mercadorias de um canto a outro.

Ainda neste cenário, apresentam-se as instâncias de negociação: instituições vinculadas aos meios de produção/serviços, por exemplo o Sistema S, as organizações filantrópicas, sem fins lucrativos, sociais, entre outros modelos. Entes executivos municipais ou federativos se revezam ora como demandante, como no caso do sistema prisional ou de cumprimento de medidas socioeducativas sob sua tutela, ora como conciliador de demanda. Os papéis não são definidos. Uma ação pode ocorrer num espaço do município, uma escola, por exemplo, ser executado por uma autarquia e ter um grupo que não efetivamente é o alvo daquele espaço.

Entre esses grupos, apresenta-se o Estado conciliador das demandas. Não no sentido de resolvê-las, pois, como apreendemos em Marx, são irreconciliáveis. Mas, no sentido de aliviar a constante tensão, ou postergar seu desdobramento. Importante ressaltar que o Pronatec não se apresenta como ação de uma Política mais ampla de educação para o trabalho, ou mesmo de formação profissional, mas, sua razão de ser é explicitamente desobrigar o Estado em relação a oferta direta desta modalidade de ensino, contrariando até o pressuposto legal. Esse Estado enquanto instância de execução, assume o papel de indutor de políticas educacionais responsabilizando terceiros pela implementação, sobretudo o setor privado.

Cabe ao Estado conter a imensa categoria que “sobra”, por meio de políticas sociais que em tese, visam integrar essa população excluída no universo do mundo das mercadorias, seja por meio de programas de transferência de renda direta, ou indireta: no caso do Pronatec. Programas como o Pronatec agradam a um público específico que se sente acolhido, principalmente porque envolve transferência de renda. Assim, percebemos um movimento no sentido de atender ao chamado do poder executivo a fazer a sua parte do acordo: aprender a pescar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil”. In: Ricardo Antunes (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

_____. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 7. ed. Sao Paulo: Boitempo, 2009. 259p.

ASSUNÇÃO, Ada. A. & Oliveira, Dalila, A. intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação e Sociedade, V. 30, nº 107, 2009.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2ºed. São Paulo: Boitempo, 2010. 27 Edição Nº. 1, Vol. 1, jan.-jun. 2012.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. MEC. PRONATEC. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf >. Acesso em: 10 mai. 2014.

_____. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 24 (2015)- . Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005- . 180p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17796-caderno-de-estudos-24-inclusao-productiva-urbana&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em 25 ago 2017.

_____. Câmara dos Deputados. O que podemos dizer sobre o pronatec? Estudo Técnico. 2016. 39p. Disponível em http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2016_9576_pronatec_ana-valeska. Acesso em 25 ago 2017.

_____. Portal do Planalto. Discurso Presidenta Dilma Rouseff. Lançamento do Pronatec. 28 abril 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-ao-emprego>.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. 9.ed. São Paulo: Paz e terra, 2006. v.1

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO (CNTE). Documento “Os riscos do Pronatec para a educação técnica profissional”. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 179-184, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/Pronatec_posicao_CNTE.pdf . Acessado em 19 jul 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. ENSINO PROFISSIONAL: O GRANDE FRACASSO DA DITADURA. CADERNOS DE PESQUISA v.44 n.154 p.912-933 out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00912.pdf> Acesso em 28 ago 2017.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Política de Educação Profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 985-1001, out.-dez., 2015 .

DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 6. ed., São Paulo: Cortez; MEC; UNESCO, 2001.

FRANÇA, Robson Luiz de; PREVITALLI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos; Trabalho e educação: a formação do trabalhador no contexto das crises cíclicas do capitalismo monopolista. Revista

HISTEDBR On-line. Campinas, n.35, p. 201-219, set.2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n2/13.pdf>. Acesso em 26 abr 2018.

LIMA, M.. Problemas da Educação Profissional do governo Dilma: Pronatec, PNE E DCNEM. s1. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.73-91, mai./ago.2012.

LUPION, Bruno. O que é o Sistema S, quanto custa e a quem beneficia. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/18/O-que-%C3%A9-o-Sistema-S-quanto-custa-e-a-quem-beneficia> Acesso em 27 abr 2018.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300024&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300024>.

MARX, Karl. O Capital, 1972.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 134, p.133-152, jan.-mar., 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00133.pdf> Acesso em 27 abr 2018.

SALDANHA, L. de L. W. O PRONATEC e a relação Ensino Médio e Educação Profissional. IX Anped – Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>.

SANTOS, J. M. dos; LUCENA, C. A.. A reconfiguração do Estado Brasileiro mediante as estratégias neoliberais e seus desdobramentos na Educação Profissional. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.230 –242, set. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art19_27.pdf Acessado em 19 jul 2016

SILVA, Tadeu da Silva (orgs.). Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

